



PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ



ESPELHO DE CORREÇÕES DAS QUESTÕES DISCURSIVAS

De acordo com o Edital de abertura nº 172/2015, do Concurso Público da Prefeitura Municipal Londrina – PR:

13.1 A Prova Discursiva será realizada para os TODOS OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, EXCETO PARA OS CARGOS: Professor – Docência das Séries Iniciais do Ensino Fundamental, Professor – Docência de Educação Física e Professor de Educação Infantil – Docência de Educação Infantil. Somente será corrigida a prova discursiva do candidato que obtiver a pontuação estabelecida no subitem 11.22.3 e que estiver classificado até o limite disposto na Tabela 13.1, além de não ser eliminado por outros critérios estabelecidos neste Edital;

13.1.1 todos os candidatos empatados com o último colocado na prova objetiva, dentre o limite disposto na Tabela 13.1, terão sua prova discursiva corrigida.

13.1.2 Os candidatos não classificados dentro do número máximo estabelecido na Tabela 13.1, ainda que tenham a nota mínima prevista no subitem 11.22.3, estarão automaticamente desclassificados no concurso público.

13.1.3 Para não ser eliminado do Concurso Público e ter a Prova Discursiva corrigida, o candidato inscrito como PcD deverá atingir, no mínimo, a pontuação estabelecida no subitem 11.22.3, além de não ser eliminado por outros critérios estabelecidos neste Edital.

CARGO 401: ADMINISTRADOR – SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO

QUESTÃO DISCURSIVA

Você tem um parente distante que não encontrava havia muito tempo. Durante uma visita à sua casa, ele trazia em suas mãos um recorte de jornal que tratava de gestão de organizações e neste recorte dizia que as organizações possuem três níveis hierárquicos que são os níveis estratégico, tático e operacional. Ele não conseguia entender estes três níveis organizacionais e lhe perguntou o que seria. Diante da indagação, o que você diria ao seu parente?

RESPOSTA:

Espera-se que o candidato faça a definição e uma relação entre os três níveis hierárquicos organizacionais, que são:

- Estratégico: o qual pensa a organização/empresa/entidade pública ou privada no longo prazo, especialmente no prazo de 5 a 10 anos.
- Tático: o qual pensa a organização/empresa/entidade pública ou privada no médio prazo, especialmente no prazo de 1 a 5 anos. Outra função é estabelecer comunicação entre os níveis estratégicos e operacionais.

- Operacional: o qual pensa a organização/empresa/entidade pública ou privada no médio prazo, especialmente no prazo atual até 1 ano.

CARGO 402: ANALISTA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - SERVIÇOS DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

QUESTÃO DISCURSIVA

Uma EMPRESA, rede de supermercados, elaborou e veiculou na cidade publicidade por meio de panfletos e em jornal uma promoção que estaria fazendo na venda de determinado PRODUTO pelo prazo de 30 (trinta) dias. Nessa publicidade, dizia que seria imperdível esta promoção, especificando o PRODUTO, bem como sua marca, porém, não divulgava o preço do produto, apenas dizendo que seria o menor preço daquela cidade. Um CONSUMIDOR foi até uma das lojas da rede na intenção de aproveitar a promoção, porém, ao encontrar na prateleira o PRODUTO divulgado notou que o preço era o mesmo utilizado normalmente pelo estabelecimento e que, inclusive, era maior do que o preço utilizado em outros estabelecimentos. Com isso, questionou sobre a promoção que foi divulgada pelos panfletos e jornal ao gerente e recebeu a explicação de que a promoção só valeria para aquisição de 10 (dez) ou mais unidades e que o CONSUMIDOR deveria levar uma prova do preço de outro estabelecimento que então seria colocado um preço inferior, informações estas que não constavam na publicidade. O CONSUMIDOR tentou argumentar com o gerente dizendo que não havia tais informações na publicidade, mas as reclamações não tiveram nenhum resultado.

A partir do caso apresentado e com base no Código de Defesa do Consumidor, elabore um texto dissertativo que contenha os seguintes aspectos:

- Como deve ser e o que deve conter as informações sobre uma oferta de produto ou serviço.
- Publicidade e Código de Defesa do consumidor: direitos básicos sobre informação e publicidade e princípios aplicáveis.
- A publicidade do caso exposto acima é enganosa ou abusiva? O que caracteriza ser enganosa ou abusiva?
- Explicar a sanção administrativa prevista no Código de Defesa do Consumidor que é imposta com a finalidade de corrigir e desfazer o malefício de uma publicidade enganosa ou abusiva.

RESPOSTA:

O candidato deverá apresentar o seguinte padrão em sua resposta:

- Conforme o artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, com relação à oferta, as informações devem ser corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e à segurança dos consumidores.
- Os direitos básicos do consumidor sobre publicidade e informação estão no artigo 6º, III e IV, demonstrando a necessidade de informação adequada e clara sobre produtos e serviços, bem como estabelecendo a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva.

Os princípios aplicáveis, no caso de publicidade e proteção ao consumidor, não são unânimes na doutrina, porém podem ser citados: o princípio da veracidade da publicidade, da lealdade publicitária, da vinculação contratual da publicidade, da não abusividade da publicidade, da transparência da fundamentação da publicidade, da correção do desvio publicitário, da identificação da publicidade, da inversão do ônus da prova, da proteção contra publicidade enganosa ou abusiva e o dever de informar.

- c) No caso, a publicidade é enganosa, conforme artigo 37 do Código de Defesa do Consumidor, pois deixou de informar em sua publicidade aspecto relevante sobre a promoção do produto, já que da forma como houve a divulgação induziu em erro sobre preço e quantidade, atraindo consumidores para a aquisição do produto.

A publicidade enganosa está descrita no artigo 37, § 1º, sendo caracterizada por informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa ou capaz de induzir em erro o consumidor.

A publicidade abusiva está descrita no artigo 37, § 2º, e se caracteriza pela publicidade discriminatória de qualquer natureza, aquela que incite à violência, explore o medo ou a superstição, aproveite-se da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeite valores ambientais ou que seja capaz de induzir a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança.

- d) No artigo 56, XII, do Código de Defesa do Consumidor, há a previsão da imposição da contrapropaganda como sanção administrativa.

No artigo 60 do Código de Defesa do Consumidor, está previsto que a contrapropaganda é imposta quando o fornecedor pratica publicidade enganosa ou abusiva, sempre às expensas do infrator. Ainda, a contrapropaganda deve ser divulgada na mesma frequência e dimensão e no mesmo veículo, local, espaço e horário, para desfazer o malefício da publicidade enganosa ou abusiva.

CARGO 403: ANALISTA DE SISTEMAS - SERVIÇO DE ANÁLISE EM INFORMÁTICA

QUESTÃO DISCURSIVA

No Oracle um trigger (gatilho) é um bloco PL/SQL armazenado no banco de dados e acionado em resposta a um evento específico. Nesse contexto, produza um texto dissertativo abordando os eventos que podem disparar um trigger, assim como a importância dos termos AFTER e BEFORE.

RESPOSTA:

Os eventos básicos que podem ser especificados para disparar as regras são os comandos de atualização da SQL padrão: INSERT, DELETE e UPDATE. Eles são especificados pelas palavras-chaves INSERT, DELETE e UPDATE na notação Oracle.

As cláusulas BEFORE (antes) e AFTER (depois) especificam se o gatilho será disparado antes ou depois que ocorrerem os eventos que desencadeiam a regra.

Bibliografia: ELMASRI, R.; NAVATHE, S. B.. Sistemas de Banco de Dados. 6a ed., Pearson-Addison-Wesley, 2010.

QUESTÃO DISCURSIVA

Lei Anticorrupção

Lei nº 12.846/2013 está em vigor desde janeiro de 2014. A Lei Anticorrupção prevê a responsabilização objetiva, tanto no âmbito civil quanto no administrativo, de empresas que praticam atos lesivos contra a administração pública nacional ou estrangeira, de forma a fechar lacunas no ordenamento jurídico brasileiro, bem como a atender compromissos internacionais assumidos pelo Brasil. “Ela proíbe o suborno transnacional”, resume o diretor de Promoção da Integridade em Acordos de Cooperação Internacional da CGU, Hamilton Fernando Cota Cruz. “Nosso compromisso é prevenir e evitar que empresas brasileiras paguem propina para autoridades estrangeiras, a fim de ganhar negócios”, acrescentou.

Punições mais amplas para propinas

Pagar propina a servidores brasileiros já era considerado crime. O que a nova legislação faz é ampliar as punições nas situações em que essa prática for cometida no Exterior. “Queremos que as empresas estejam cientes das regulamentações que têm de seguir, motivo pelo qual apresentamos mecanismos a serem implementados por elas a fim de evitar esses tipos de pagamento irregulares”. Segundo Cota Cruz, a lei não tem o objetivo de responsabilizar o indivíduo, mas a empresa, que poderá pagar multas de até 20% de seu faturamento bruto anual ou três vezes o valor da vantagem pretendida ou auferida – o teto será o menor desses dois valores. “No caso de pessoas físicas, elas serão responsabilizadas na esfera civil ou criminal”.

De acordo com o representante da CGU, também está prevista a punição da empresa caso seja comprovada vantagem indevida obtida de forma indireta. “Por exemplo, se a doação for feita indiretamente por meio de organizações não governamentais [ONGs], a parentes ou pessoas próximas do servidor público estrangeiro”, explicou o diretor da CGU. “É hora de ficar atentos, porque agora temos uma nova lei que regulamenta os contatos de nossas empresas com autoridades estrangeiras, mudando relacionamentos que tínhamos e alterando o *modus operandi* daqui para frente. É uma grande melhora para o Brasil porque nos dá tranquilidade para decidir como trabalhar, além de nos ajudar a melhorar a imagem do Brasil no exterior, tão comprometida com a corrupção”, acrescentou o presidente da Apex-Brasil, David Barioni.

Fonte: Agência Brasil (texto adaptado).

Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/cartilha-esclarece-sobre-lei-anticorruptao>

O texto acima foi retirado da Agência Brasil e explica sobre a Lei Anticorrupção nº 12.846/2013 que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. Nesse contexto, é importante compreender os diferentes aspectos abordados nesta lei. Explique os principais aspectos:

Dos atos lesivos à administração pública nacional ou estrangeira.

Do acordo de leniência.

Da responsabilização judicial.

RESPOSTA:

Dos atos lesivos à administração pública nacional ou estrangeira

Constituem atos que atentam contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou contra os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, assim definidos:

I- prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;

III- comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV- no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V- dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

Do acordo de leniência

Art. 16. A autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, sendo que dessa colaboração resulte:

I- a identificação dos demais envolvidos na infração, quando couber; e

II- a obtenção célere de informações e documentos que comprovem o ilícito sob apuração.

§ 1º O acordo de que trata o caput somente poderá ser celebrado se preenchidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I- a pessoa jurídica seja a primeira a se manifestar sobre seu interesse em cooperar para a apuração do ato ilícito;

II- a pessoa jurídica cesse completamente seu envolvimento na infração investigada a partir da data de propositura do acordo;

III- a pessoa jurídica admita sua participação no ilícito e coopere plena e permanentemente com as investigações e o processo administrativo, comparecendo, sob suas expensas, sempre que solicitada, a todos os atos processuais, até seu encerramento.

§ 2º A celebração do acordo de leniência isentará a pessoa jurídica das sanções previstas no inciso II do art. 6º e no inciso IV do art. 19 e reduzirá em até 2/3 (dois terços) o valor da multa aplicável.

§ 3º O acordo de leniência não exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado.

§ 4º O acordo de leniência estipulará as condições necessárias para assegurar a efetividade da colaboração e o resultado útil do processo.

§ 5º Os efeitos do acordo de leniência serão estendidos às pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico, de fato e de direito, desde que firmem o acordo em conjunto, respeitadas as condições nele estabelecidas.

§ 6º A proposta de acordo de leniência somente se tornará pública após a efetivação do respectivo acordo, salvo no interesse das investigações e do processo administrativo.

§ 7º Não importará em reconhecimento da prática do ato ilícito investigado a proposta de acordo de leniência rejeitada.

§ 8º Em caso de descumprimento do acordo de leniência, a pessoa jurídica ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de 3 (três) anos contados do conhecimento pela administração pública do referido descumprimento.

§ 9º A celebração do acordo de leniência interrompe o prazo prescricional dos atos ilícitos previstos nesta Lei.

§ 10. A Controladoria Geral da União CGU é o órgão competente para celebrar os acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo federal, bem como no caso de atos lesivos praticados contra a administração pública estrangeira.

Art. 17. A administração pública poderá também celebrar acordo de leniência com a pessoa jurídica responsável pela prática de ilícitos previstos na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com vistas à isenção ou atenuação das sanções administrativas estabelecidas em seus arts. 86 a 88.

Da responsabilização judicial

Art. 18. Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.

Art. 19. Em razão da prática de atos previstos no art. 5º desta Lei, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por meio das respectivas Advocacias Públicas ou órgãos de representação judicial, ou equivalentes, e o Ministério Público, poderão ajuizar ação com vistas à aplicação das seguintes sanções às pessoas jurídicas infratoras:

I- perdimento dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa fé;

II- suspensão ou interdição parcial de suas atividades;

III- dissolução compulsória da pessoa jurídica;

IV- proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, pelo prazo mínimo de 1 (um) e máximo de 5 (cinco) anos.

§ 1º A dissolução compulsória da pessoa jurídica será determinada quando comprovado:

I- ter sido a personalidade jurídica utilizada de forma habitual para facilitar ou promover a prática de atos ilícitos; ou

II- ter sido constituída para ocultar ou dissimular interesses ilícitos ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.

§ 3º As sanções poderão ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa.

§ 4º O Ministério Público ou a Advocacia Pública ou órgão de representação judicial, ou equivalente, do ente público poderá requerer a indisponibilidade de bens, direitos ou valores necessários à garantia do pagamento da multa ou da reparação integral do dano causado, conforme previsto no art. 7º, ressalvado o direito do terceiro de boa fé.

Art. 20. Nas ações ajuizadas pelo Ministério Público, poderão ser aplicadas as sanções previstas no art.6º, sem prejuízo daquelas previstas neste Capítulo, desde que constatada a omissão das autoridades competentes para promover a responsabilização administrativa.

Art. 21. Nas ações de responsabilização judicial, será adotado o rito previsto na Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Parágrafo único. A condenação torna certa a obrigação de reparar, integralmente, o dano causado pelo ilícito, cujo valor será apurado em posterior liquidação, se não constar expressamente da sentença.

CARGO 405: AUDITOR INTERNO – SERVIÇO DE AUDITORIA INSTITUCIONAL

QUESTÃO DISCURSIVA

Conceituação e Objetivos da Auditoria Interna

Esta norma trata da atividade e dos procedimentos de Auditoria Interna Contábil, doravante denominada Auditoria Interna. A Auditoria Interna é exercida nas pessoas jurídicas de direito público, interno ou externo, e de direito privado.

A Auditoria Interna compreende os exames, as análises, as avaliações, os levantamentos e as comprovações, metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente e de gerenciamento de riscos, com vistas a assistir à administração da entidade no cumprimento de seus objetivos.

A atividade da Auditoria Interna está estruturada em procedimentos, com enfoque técnico, objetivo, sistemático e disciplinado, e tem por finalidade agregar valor ao resultado da organização, apresentando subsídios para o aperfeiçoamento dos processos, da gestão e dos controles internos, por meio da recomendação de soluções para as não-conformidades apontadas nos relatórios.

Fonte:

Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC

NBC TI 01 – Da Auditoria Interna

O texto acima foi retirado da NBC TI – Da Auditoria Interna.

Nesse contexto, é importante compreender os diferentes aspectos da auditoria interna sobre as informações contábeis. Explique os principais aspectos:

- Planejamento da Auditoria Interna.
- Riscos da Auditoria Interna.

Procedimentos da Auditoria Interna.

RESPOSTA:

Planejamento da Auditoria Interna

O planejamento do trabalho da Auditoria Interna compreende os exames preliminares das áreas, atividades, produtos e processos, para definir a amplitude e a época do trabalho a ser realizado, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela administração da entidade.

O planejamento deve considerar os fatores relevantes na execução dos trabalhos, especialmente os seguintes:

- a) o conhecimento detalhado da política e dos instrumentos de gestão de riscos da entidade;
- b) o conhecimento detalhado das atividades operacionais e dos sistemas contábil e de controles internos e seu grau de confiabilidade da entidade;

- c) a natureza, a oportunidade e a extensão dos procedimentos de auditoria interna a serem aplicados, alinhados com a política de gestão de riscos da entidade;
- d) a existência de entidades associadas, filiais e partes relacionadas que estejam no âmbito dos trabalhos da Auditoria Interna;
- e) o uso do trabalho de especialistas;
- f) os riscos de auditoria, quer pelo volume ou pela complexidade das transações e operações;
- g) o conhecimento do resultado e das providências tomadas em relação a trabalhos anteriores, semelhantes ou relacionados;
- h) as orientações e as expectativas externadas pela administração aos auditores internos; e
- i) o conhecimento da missão e objetivos estratégicos da entidade.

O planejamento deve ser documentado e os programas de trabalho formalmente preparados, detalhando-se o que for necessário à compreensão dos procedimentos que serão aplicados, em termos de natureza, oportunidade, extensão, equipe técnica e uso de especialistas.

Os programas de trabalho devem ser estruturados de forma a servir como guia e meio de controle de execução do trabalho, devendo ser revisados e atualizados sempre que as circunstâncias o exigirem.

Riscos da Auditoria Interna

A análise dos riscos da Auditoria Interna deve ser feita na fase de planejamento dos trabalhos; estão relacionados à possibilidade de não se atingir, de forma satisfatória, o objetivo dos trabalhos. Nesse sentido, devem ser considerados, principalmente, os seguintes aspectos:

- a) a verificação e a comunicação de eventuais limitações ao alcance dos procedimentos da Auditoria Interna, a serem aplicados, considerando o volume ou a complexidade das transações e das operações;
- b) a extensão da responsabilidade do auditor interno no uso dos trabalhos de especialistas.

Procedimentos da Auditoria Interna

Os procedimentos da Auditoria Interna constituem exames e investigações, incluindo testes de observância e testes substantivos, que permitem ao auditor interno obter subsídios suficientes para fundamentar suas conclusões e recomendações à administração da entidade.

Os testes de observância visam à obtenção de razoável segurança de que os controles internos estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários e administradores da entidade. Na sua aplicação, devem ser considerados os seguintes procedimentos:

- a) inspeção – verificação de registros, documentos e ativos tangíveis;
- b) observação – acompanhamento de processo ou procedimento quando de sua execução; e
- c) investigação e confirmação – obtenção de informações perante pessoas físicas ou jurídicas conhecedoras das transações e das operações, dentro ou fora da entidade.

Os testes substantivos visam à obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas de informação da entidade.

As informações que fundamentam os resultados da Auditoria Interna são denominadas de “evidências”, que devem ser suficientes, fidedignas, relevantes e úteis, de modo a fornecer base sólida para as conclusões e recomendações à administração da entidade.

O processo de obtenção e avaliação das informações compreende:

a obtenção de informações sobre os assuntos relacionados aos objetivos e ao alcance da Auditoria Interna, devendo ser observado que:

- a. a informação suficiente é aquela que é factual e convincente, de tal forma que uma pessoa prudente e informada possa entendê-la da mesma forma que o auditor interno;

- b. a informação adequada é aquela que, sendo confiável, propicia a melhor evidência alcançável, por meio do uso apropriado das técnicas de Auditoria Interna;
- c. a informação relevante é a que dá suporte às conclusões e às recomendações da Auditoria Interna;
- d. a informação útil é a que auxilia a entidade a atingir suas metas.

A avaliação da efetividade das informações obtidas, mediante a aplicação de procedimentos da Auditoria Interna, incluindo testes substantivos, se as circunstâncias assim o exigirem.

O processo deve ser supervisionado para alcançar razoável segurança de que o objetivo do trabalho da Auditoria Interna está sendo atingido.

Devem ser adotados procedimentos adequados para assegurar que as contingências ativas e passivas relevantes – decorrentes de processos judiciais e extrajudiciais, reivindicações e reclamações, bem como de lançamentos de tributos e de contribuições em disputa – foram identificadas e são do conhecimento da administração da entidade.

No trabalho da Auditoria Interna, quando aplicável, deve ser examinada a observância dos Princípios Fundamentais de Contabilidade, das Normas Brasileiras de Contabilidade e da legislação tributária, trabalhista e societária, bem como o cumprimento das normas reguladoras a que estiver sujeita a entidade.

CARGO 406: CONTADOR – SERVIÇO DE CONTABILIDADE

QUESTÃO DISCURSIVA

Aspectos da contabilidade aplicada ao setor público (CASP)

A ciência contábil no Brasil vem passando por significativas transformações rumo à convergência aos padrões internacionais. O processo de evolução da contabilidade do setor público deve ser analisado de forma histórica e contextualizada com o próprio processo de evolução das finanças públicas.

Nesse sentido, o primeiro marco histórico foi a edição da Lei nº 4.320/1964, que estabeleceu importantes regras para propiciar o controle das finanças públicas, bem como a construção de uma administração financeira e contábil sólidas no País, tendo como principal instrumento o orçamento público.

Deste modo, o orçamento público ganhou significativa importância no Brasil. Como consequência, as normas relativas a registros e demonstrações contábeis, vigentes até hoje, acabaram por dar enfoque, sobretudo, aos conceitos orçamentários, em detrimento da evidenciação dos aspectos patrimoniais.

Outro importante avanço na área das finanças públicas foi a edição da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estabeleceu para toda a Federação, direta ou indiretamente, limites de dívida consolidada, garantias, operações de crédito, restos a pagar e despesas de pessoal, dentre outros, com o intuito de propiciar o equilíbrio das finanças públicas e instituir instrumentos de transparência da gestão fiscal.

A LRF estabeleceu, ainda, a exigência de realizar-se a consolidação nacional das contas públicas. Esta competência é exercida pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), por meio da publicação anual do Balanço do Setor Público Nacional (BSPN), congregando as contas da União, estados, Distrito Federal e municípios.

Tendo em vista essa competência, a Portaria MF nº 184/2008 e o Decreto nº 6.976/2009 determinam que a STN, enquanto órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, edite normativos, manuais, instruções de procedimentos contábeis e plano de contas de âmbito nacional, objetivando a elaboração e publicação de demonstrações contábeis consolidadas. Tais instrumentos

estão em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público (NBC T SP) editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e buscam a convergência às normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público – *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS) – editadas pelo *International Public Sector Accounting Standards Board* (IPSASB).

A necessidade de evidenciar com qualidade os fenômenos patrimoniais e a busca por um tratamento contábil padronizado dos atos e fatos administrativos no âmbito do setor público tornou imprescindível a elaboração de um plano de contas com abrangência nacional. Este plano apresenta uma metodologia, estrutura, regras, conceitos e funcionalidades que possibilitam a obtenção de dados que atendam aos diversos usuários da informação contábil.

Dessa forma, a STN editou o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), com abrangência nacional, que permitem e regulamentam o registro da aprovação e execução do orçamento, resgatam o objeto da contabilidade – o patrimônio, e buscam a convergência aos padrões internacionais, tendo sempre em vista a legislação nacional vigente e os princípios da ciência contábil.

Fonte: Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público – MCASP (6ª edição)

O texto acima foi retirado do Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público – MCASP (6ª edição) aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios e válido a partir do exercício de 2015. Nesse contexto, é importante compreender os diferentes aspectos da contabilidade aplicada ao setor público (CASP) – orçamentário, patrimonial e fiscal, de modo a interpretar corretamente as informações contábeis. Explique os principais aspectos:

- Orçamentário.
- Patrimonial.
- Fiscal.

RESPOSTA:

Aspecto Orçamentário

Compreende o registro e a evidenciação do orçamento público, tanto quanto à sua aprovação quanto à sua execução. Os registros de natureza orçamentária são base para a elaboração do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e dos Balanços Orçamentário e Financeiro, que representam os principais instrumentos para refletir esse aspecto.

Aspecto Patrimonial

Compreende o registro e a evidenciação da composição patrimonial do ente público. Nesse aspecto, devem ser atendidos os princípios e as normas contábeis voltadas para o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos e passivos e de suas variações patrimoniais. O Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) representam os principais instrumentos para refletir esse aspecto. O processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) visa contribuir, primordialmente, para o desenvolvimento deste aspecto.

Aspecto Fiscal

Compreende a apuração e a evidenciação, por meio da contabilidade, dos indicadores estabelecidos pela LRF, dentre os quais se destacam os da despesa com pessoal, das operações de crédito e da dívida consolidada, além da apuração da disponibilidade de caixa, do resultado primário e do resultado nominal, a fim de verificar-se o equilíbrio das contas públicas. O Relatório de Gestão Fiscal

(RGF) e o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) representam os principais instrumentos para evidenciar esse aspecto.

Diversos atos e fatos registrados pela contabilidade poderão alcançar apenas um, dois ou todos os aspectos citados. Dessa maneira, cabe aos responsáveis pelos serviços de contabilidade em cada ente da Federação compreender os eventos e seus efeitos na evidenciação contábil, a partir do entendimento das normas e conceitos inerentes a cada aspecto.

CARGO 407: GESTOR CULTURAL – SERVIÇO DE BIBLIOTECONOMIA

QUESTÃO DISCURSIVA

Quando a Biblioteca do Congresso norte-americano começou a utilizar computadores na década de 1960, houve a necessidade de planejar um formato para registros bibliográficos – assim surgiu o formato MARC. Sabendo disso, disserte a respeito dos itens a seguir:

- Padrão MARC.

- Conjunto de cinco formatos que servem de ferramenta ao universo bibliográfico (MARC 21).

- Importância para o sistema de informação.

RESPOSTA:

A padronização dos registros bibliográficos na catalogação é um subsídio fornecido aos profissionais para que possam unificar informações e facilmente transportá-las pelas redes de computadores. É uma tarefa em constante aprimoramento e dela depende não apenas o conhecimento de números, símbolos e suas representações dentro de um contexto sistematizado, mas o acompanhamento das mudanças tecnológicas e as conseqüentes adequações desses padrões a novos recursos informacionais.

Um dos padrões mais difundidos mundialmente é o MARC – MACHine-Readable Cataloging (Catalogação Legível por Máquina) – criado na década de 1960 pela Biblioteca do Congresso norte-americano para atender sua própria demanda e necessidade de padronização de registros bibliográficos. O MARC é um formato de intercâmbio de registros legíveis por máquina e tem a função de promover a comunicação da informação, evitando a duplicação de esforços por meio do intercâmbio de registros bibliográficos. O MARC 21 Bibliográfico consiste na padronização do armazenamento de informações bibliográficas sobre recursos informacionais, e o MARC 21 Autoridade está focado na disponibilização de formas autorizadas de nomes e assuntos para serem usadas nos registros bibliográficos e no fornecimento de pontos de acesso nos catálogos, por intermédio da padronização dos nomes.

Observa-se que no Brasil, mesmo passados 50 anos da criação do formato MARC, ainda há pouca discussão sobre o padrão. Destaca-se também a ausência de posicionamento das entidades nacionais responsáveis pela catalogação ante as alterações realizadas no formato MARC e que diretamente afetam regras da 2ª edição do Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2), e, conseqüentemente, catálogos de bibliotecas de todo o país.

A mudança ocorrida nos campos de representação de série em registros bibliográficos

A mudança nos campos 440, 490 e 800-830 afetará diretamente os catálogos de bibliotecas do mundo inteiro. Catálogos que ainda trabalham com o campo 440 terão incompatibilidade na importação de registros bibliográficos advindos de catálogos que já trabalham com o campo 490 e 800-830. Além do que, softwares gerenciadores de sistema de bibliotecas não serão capazes de migrar o campo 440 automaticamente para os campos 490 e 800-830, pois existe a necessidade de padronização dos campos 800-830 no MARC Autoridades.

O formato MARC 21 Bibliográfico

Quando a Biblioteca do Congresso norte-americano começou a utilizar computadores na década de 1960, houve a necessidade de planejar um formato para registros bibliográficos, assim surgiu o formato MARC, que utiliza um sistema de números, letras e símbolos dentro do registro bibliográfico para indicar diferentes tipos de informação. O formato original LC MARC evoluiu para o MARC 21 e tornou-se o padrão utilizado pela maioria dos softwares de biblioteca no mundo.

MARC, portanto, é a sigla de MACHine-Readable Cataloging (Catalogação Legível por Máquina), um conjunto de cinco formatos que servem de ferramenta ao universo bibliográfico, a saber:

- MARC 21 Format for Bibliographic Data (Formato MARC 21 para Dados Bibliográficos);
- MARC 21 Format for Authority Data (Formato MARC 21 para Dados de Autoridade);
- MARC 21 Format for Holdings Data (Formato MARC 21 para Dados de Coleção);
- MARC 21 Format for Classification Data (Formato MARC 21 para Dados de Classificação);
- MARC 21 Format for Community Information (Formato MARC 21 para Informação Comunitária).

Atualmente, as entidades responsáveis pela manutenção e atualização dos formatos MARC 21 são a Biblioteca do Congresso norte-americano e a Biblioteca Nacional do Canadá.

A utilização do formato MARC pelos sistemas de gerenciamento de bibliotecas é de fundamental importância para a construção de formas de representação para os recursos informacionais e para o intercâmbio de dados bibliográficos, possibilitando a interoperabilidade entre sistemas de informação.

Sobre a extinção do campo 440 em favor dos campos 490 e 800-830, acredita-se que foi uma decisão acertada e apresenta suas vantagens:

- elimina a possibilidade de duplicidade de registros no campo da série como acontecia com os campos 440 e 490;
- melhora a indexação de entradas secundárias de série, alterando o fluxo de trabalho do catalogador e reforçando a necessidade de controle da base de autoridades;
- proporciona uma descrição confiável dentro dos padrões de catalogação e de fácil manutenção ao longo do tempo.

Porém, como qualquer mudança, acarreta uma série de consequências, como as seguintes:

- a impossibilidade de conversão automática dos campos 440 em 490;
- a presença de informações em um campo obsoleto (campo 440) durante um período indeterminado ou até que se revise todo o catálogo;
- a necessidade de melhor preparo e maior conhecimento técnico do catalogador sobre as regras que regem a área da série.

Assim, busca-se elucidar questões que, até o presente, não estão sendo tratadas na biblioteconomia brasileira e explicar, aos profissionais bibliotecários, principalmente àqueles que atuam em setores

de processamento técnico, o que muda com a alteração aprovada em 2009 e o impacto dessa mudança no processo de catalogação.

A catalogação brasileira ainda precisará acompanhar diversas mudanças, haja vista a revisão do AACR2, sua extinção em favor da Resource Description and Access - RDA e uma série de alterações no formato MARC em função desse novo código de catalogação. O ideal seria que houvesse maior envolvimento por parte das instituições e profissionais brasileiros no acompanhamento e discussão dessas mudanças.

CARGO 408: GESTOR CULTURAL – SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO CULTURAL

QUESTÃO DISCURSIVA

Os impactos de um evento podem ser calculados de diversas formas. De acordo com Ana Carolina Piccin e Daniella Mac Dowell, atualmente uma série de metodologias buscam avaliar o impacto de um evento. Impactos podem ser calculados com metodologias mais simples, no que se referem ao volume e ao tipo de impacto, por exemplo, quando os resultados são expressos em volume de resíduos e materiais usados e volumes e formas de destinação, ou quando se apresenta o percentual de redução do consumo energético ou de água de um evento. Outras metodologias, reconhecidas como Pegada Ecológica ou Análise de Ciclo de Vida, também podem ser utilizadas, embora seu uso seja pouco frequente na avaliação de impactos de um evento. A seguir, apresentamos um esboço da amplitude dos aspectos sociais e ambientais relacionados a um evento:



Fonte: PICCIN, Ana Carolina; DOWELL, Daniela Mac. Eventos mais sustentáveis. MATIAS, Marlene (Org). *Planejamento, organização e sustentabilidade em eventos culturais, sociais e esportivos*. Barueri (SP): Manole, 2011, p.207.

Para o adequado desenvolvimento de projetos culturais, é fundamental a participação de todos os grandes grupos de atores sociais em todas as fases do processo, ou seja, planejamento, implementação, desenvolvimento, gestão e controle, considerando-se, sempre, as distintas vertentes de sustentabilidade de forma equânime. Dado o contexto, **EXPLICITE** as relações existentes entre o desenvolvimento de projetos culturais e a sustentabilidade ambiental, socioeconômica e sociocultural.

RESPOSTA:

A ideia da sustentabilidade da cultura vem ganhando proeminência, embora não seja um conceito de definição única. Ao contrário, vem sendo utilizado com acepções muito diferentes.

As reflexões sobre a cultura nas duas últimas décadas passaram a entendê-la como meio privilegiado para atingir o desenvolvimento econômico e humano. Nessa vertente, ela é vista como

meio para alcançar fins previamente traçados. Quando a sustentabilidade da cultura é vista sob a óptica da gestão cultural, ela diz respeito à garantia de sustentação de iniciativas culturais por instituições formais e informais que compõem o conjunto estrutural do setor. Em outras palavras, pensar a sustentabilidade da cultura implica refletir sobre quais são os pilares necessários para a estruturação dessas iniciativas, questão diretamente ligada ao financiamento da cultura, quer pelo poder público quer pelo privado, à produção de recursos próprios e às políticas culturais, na medida em que as iniciativas culturais, mesmo com apoio, devem buscar sua sustentabilidade de maneira a ficar menos dependentes de elementos externos. O setor cultural deve ser apoiado de forma efetiva e envolver uma multiplicidade de agentes, sendo fundamental, para isso, contar com a articulação entre diferentes instâncias e com a constituição de redes e parcerias.

Destacam-se cinco aspectos norteadores de um projeto cultural sustentável:

1. **Conformidade legal:** deve atender a todas as leis e normas técnicas vigentes e optar pela contratação de empresas e serviços que atendam às normas legais, fiscais, trabalhistas e ambientais;
2. **Quatro Rs (repensar, reduzir, reutilizar, reciclar):** as escolhas de materiais e serviços devem repensar os processos, produtos e tecnologias, reduzindo o uso de materiais e recursos naturais (água, energia), reutilizando tudo o que for possível e, por fim, reciclando os materiais não reutilizados. É importante pensar em um mínimo escopo da cadeia de ciclo de vida de um produto, ou seja, em como foi produzido, distribuído, usado e descartado. Os produtos devem, preferencialmente, apresentar um ciclo de vida mais longo e menos impactante;
3. **Minimizar para compensar:** deve-se pensar em formas de minimização dos impactos gerados pelo projeto cultural para, depois, compensar o que não foi possível minimizar.
4. **Incentivos locais e melhoria do entorno:** optar por serviços e produtos locais ou regionais, evitando assim impactos de longas travessias e incentivando a economia do local de execução do projeto cultural. Sempre que possível, deve-se avaliar a possibilidade de contratação de mão de obra e fornecedores locais, bem como a de investir em ações de melhoria do entorno, que permaneçam mesmo após o término do projeto;
5. **Engajamento das partes interessadas:** deve-se pensar em como engajar fornecedores, funcionários, organização, participantes, patrocinadores, público, comunidade do entorno, sociedade em práticas sustentáveis.

CARGO 409: GESTOR CULTURAL – SERVIÇO DE ARQUIVISTA

QUESTÃO DISCURSIVA

Discorra sobre o Ciclo Vital dos documentos de arquivo:

- Teoria da avaliação.
- Cite as tres idades/fases.
- Definição de cada idade/fase.

RESPOSTA:

A Arquivologia abrange diversos conceitos, dentre eles o conceito do ciclo de vida documental ou ciclo de vida dos documentos, segundo o qual todo documento de arquivo passa por um ou mais períodos, caracterizados pela frequência e pelo tipo de utilização que dele é feita. Esse conceito decorre da interpretação da teoria da avaliação, desenvolvida por Schellenberg no pós-guerra. Com o aumento exponencial na produção documental, surgiu a necessidade de desenvolver uma metodologia que permitisse melhorar a recuperação da informação necessária à tomada de decisão e otimizar o uso dos espaços administrativos para a guarda de documentos. A partir do conceito do ciclo de vida dos documentos, desenvolveu-se a teoria das três idades, uma estratégia de

organização documental que reparte o ciclo de vida documental em três fases ou idades (corrente, intermediária e permanente).

Arquivo corrente (primeira idade): "*conjunto de documentos estritamente vinculados aos objetivos imediatos para os quais foram produzidos e recebidos no cumprimento de atividades fim e meio e que se conservam junto aos órgãos produtores em razão de sua vigência e da frequência com que são por eles consultados*". Essa idade corresponde a produção do documento; tramitação; finalização do seu objetivo; guarda.

Arquivo intermediário (segunda idade): "*conjunto de documentos originários de arquivo corrente, com uso pouco frequente, que aguardam, em depósito de armazenamento temporário, sua destinação final*". Os documentos são ainda conservados por razões administrativas, legais ou financeiras. É uma fase de retenção temporária que se dá por razões de precaução.

Arquivo permanente (terceira idade): "*conjunto de documentos custodiados em caráter definitivo, em função do seu valor*". Constitui-se de documentos produzidos em geral há mais de 25 anos pelas instituições administrativas públicas ou privadas.

CARGO 410: GESTOR DE ENGENHARIA E ARQUITETURA – SERVIÇO DE ENGENHARIA CIVIL

QUESTÃO DISCURSIVA

Um Engenheiro Civil foi contratado para executar um determinado tipo de edificação em duas diferentes regiões do Brasil. Sabe-se que na primeira região o solo atinge uma resistência considerável já nos primeiros metros de escavação e na segunda a resistência é atingida nas camadas mais profundas desse solo. O engenheiro recebe mais uma informação, que diante da logística, dos materiais e equipamentos que possuem as regiões, deve ser usada à fundação tipo Sapata em uma região e na outra Estaca-Hélice Contínua Monitorada.

Diante do desafio apresentado ao engenheiro, discorra para os dois tipos de fundações os seguintes critérios:

- O método executivo para cada tipo de fundação.
 - Na fundação superficial:
 - A dimensão mínima da fundação, em planta.
 - Profundidade mínima de assentamento dessa fundação.
 - A função do lastro de concreto.
 - Na fundação profunda:
 - Como se dá a concretagem.
 - Método de implemento da armadura.

RESPOSTA:

A execução da fundação tipo Sapata consiste no seguinte procedimento:

A dimensão mínima em planta das sapatas isoladas não deve ser inferior a 0,60 m. Nas divisas com terrenos vizinhos, a profundidade não deve ser inferior a 1,5 m.

Abre-se uma cava com largura, aproximadamente, 20 cm maior que a dimensão da sapata, cavando-se até a cota de apoio da fundação. Após a conclusão (até atingir a resistência do solo compatível com a carga que irá suportar) da escavação, é necessário proceder a regularização e compactação do fundo dessa cava, até 5 cm abaixo da cota de apoio, com um soquete de 5 Kg ou por meio de um compactador mecânico tipo sapo. Deve ser lançado então um lastro de concreto simples, com resistência compatível com a pressão de trabalho e com pelo menos 5 cm de espessura, que também é utilizado para regularizar a superfície de apoio, o cuidado a ser tomado é o que o fundo da vala deve ser abundantemente molhado, para que possam ser detectados, pela percolação da água, eventuais elementos indesejáveis localizados sob ele (formigueiros, raízes de plantas entre outros). As fôrmas são executadas com sarrafos e tábuas de madeira, escoradas em estacas cravadas externamente no fundo e nas laterais da cava. Deve-se então proceder a armação e a concretagem da peça, conforme projeto apresentado.

Para a Estaca-Hélice Contínua Monitorada, o procedimento é o seguinte:

O método consiste na perfuração mecânica por uma hélice espiral com avanços decorrentes à medida que mudam as características do solo. O furo da espiral da hélice incorpora a bomba de injeção de concreto, a retirada da hélice é simultânea à concretagem, são indicadas para área urbanas por não ocasionarem vibrações e ruídos exagerados. Após a concretagem, é introduzida a armadura. A estaca pode atingir até 30 m de profundidade.

CARGO 411: GESTOR DE ENGENHARIA E ARQUITETURA – SERVIÇO DE ARQUITETURA URBANISTA

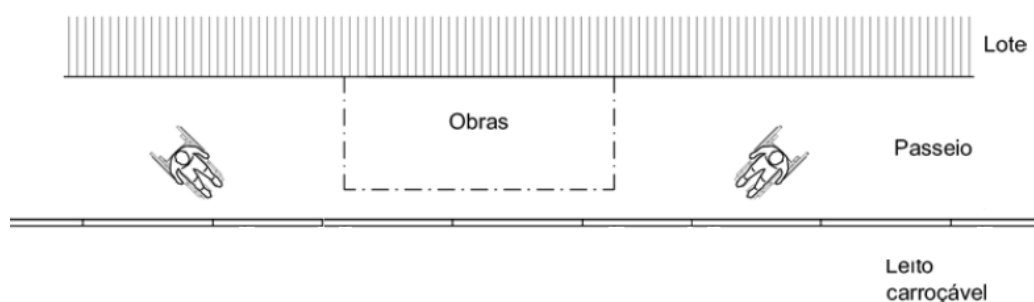
QUESTÃO DISCURSIVA

A imagem a seguir, com adaptações, retirada da NBR 9050/2004, ilustra de maneira geral situações vivenciadas por cadeirantes nas cidades brasileiras. Trata-se de uma obra que avança no passeio público impedindo que PcD possam circular livremente. Se você fosse o responsável técnico pela obra, como seria a proposta para solucionar o problema de circulação dos cadeirantes com segurança, considerando que a obra está obedecendo à legislação municipal e ocupando um espaço imprescindível para sua execução?

Obs.:

A resposta deve ser baseada na Norma Técnica citada com indicação métricas necessárias para o entendimento da resposta.

Não serão aceitos desenhos para a resposta da questão.



Vista superior

RESPOSTA:

As obras eventualmente existentes sobre o passeio devem ser convenientemente sinalizadas e isoladas. Para o caso apresentado, deve ser feito desvio pelo leito carroçável da via, providenciando-se uma rampa provisória.

Este desvio pelo leito carroçável deve ser protegido por tapume. O cadeirante sairá do mesmo nível do passeio público por meio de uma plataforma com no mínimo 1,50 m de largura, efetuará o giro em direção a uma rampa com inclinação máxima de 10% de largura e mínima de 1,00 m, entrando no leito carroçável e o mesmo acontecendo em ambos os lados da obra.

CARGO 412: GESTOR DE ENGENHARIA E ARQUITETURA – SERVIÇO DE ENGENHARIA ELÉTRICA

QUESTÃO DISCURSIVA

A crescente evolução do mercado de circuitos eletrônicos é visível. Um exemplo para essa afirmação é o mercado mundial, influenciado drasticamente pela produção de componentes eletrônicos nos países chamados de tigres asiáticos e no vale do silício. Podem-se citar alguns pontos na história da eletrônica que foram marcantes para sua evolução: a invenção da válvula, a criação dos transistores, a evolução para circuitos integrados e a construção de microprocessadores. Porém, muitos autores citam que a verdadeira virada no mercado eletrônico do século XX foi a criação dos circuitos de aplicação específica e o aperfeiçoamento do hardware reconfigurável dos Dispositivos Lógicos Reprogramáveis (Programmable Logic Device – PLD). Com base nas características de construção e funcionamento de Dispositivos Lógicos Programáveis, disserte acerca do tema. Em seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes itens:

- Características de construção e funcionamentos dos PLDs.
- Exemplos de PLDs e suas características.
- Vantagens do uso do FPGA no desenvolvimento de sistemas automatizados.

RESPOSTA:

O texto deve apresentar as seguintes respostas:

1. Características de construção e funcionamentos dos PLDs:

- São dispositivos eletrônicos construídos com uma estrutura configurável (programável). Não é baseado em uma arquitetura específica, mas sim em circuitos lógicos genéricos. Esses circuitos genéricos são capazes de reproduzir virtualmente quaisquer arquiteturas já existentes ou, ainda, arquiteturas dedicadas à aplicação totalmente novas e originais.

2. Exemplos de PLDs e suas características:

- **SPLDs** - Dispositivos lógicos programáveis simples (*Simple Programmable Logic Devices*): 600 portas lógicas ou menos. Foram os primeiros dispositivos de lógica programável. O primeiro tipo de SPLD de sucesso foi o PLA (*Programmable Logic Array*).
- **CPLDs** - Dispositivos lógicos programáveis complexos (*Complex Programmable Logic Devices*): Os CPLDs são dispositivos programáveis e reprogramáveis, com alto desempenho e baixo custo por função e alta capacidade de integração. É capaz de substituir centenas de dispositivos discretos que implementariam a mesma função. É composto de blocos de arranjos lógicos (*LAB – Logic array blocks*) e é semelhante a um único dispositivo SPLD.
- **FPGAs** – Matrizes de portas programáveis em campo (*Field Programmable Gate Arrays*): Blocos lógicos são programados para realizar as funções necessárias. Canais de roteamento são estruturados de forma a realizar a interconexão desejada entre os blocos lógicos.

3. Vantagens do uso do FPGA no desenvolvimento de sistemas automatizados:

- As vantagens do uso do FPGA são: rápida prototipagem, melhor aproveitamento dos recursos do dispositivo, custo reduzido em aplicações mais complexas, dentre outras.

CARGO 413: GESTOR DE ENGENHARIA E ARQUITETURA – SERVIÇO DE ENGENHARIA QUÍMICA

QUESTÃO DISCURSIVA

A respeito das propriedades periódicas dos elementos contidos na tabela periódica é verificado que o raio atômico aumenta de cima para baixo nas famílias e da direita para a esquerda nos períodos. De acordo com tais informações, discorra o motivo pelo qual essa propriedade periódica varia da forma mencionada.

RESPOSTA:

Podemos considerar o raio atômico como a medida do centro do átomo até sua camada de valência. À medida em que se vai descendo nas famílias, existe o aumento do número de camadas, dessa forma a distância do núcleo até a última camada aumenta, aumentando assim o raio.

Em um mesmo período, temos o mesmo número de camadas, porém o número de cargas positivas no núcleo aumenta à medida em que se vai à direita da tabela periódica, com isso a atração do núcleo pelos elétrons da última camada fica cada vez maior, aproximando um pouco mais o núcleo da última camada, diminuindo assim o raio atômico à medida em que se vai à direita da tabela periódica.

CARGO 414: GESTOR SOCIAL – SERVIÇO DE SOCIOLOGIA

QUESTÃO DISCURSIVA

Disserte acerca do conceito de “ação de social”, desenvolvido por Max Weber. Não deixe de observar os seguintes pontos:

A definição do conceito.

A importância do conceito para a compreensão da realidade.

Os tipos ideais de ação social definidos pelo autor.

RESPOSTA:

A “ação social” é o principal conceito da sociologia compreensiva de Max Weber. Segundo ele, é toda “Conduta humana dotada de um significado subjetivo dado por quem o executa, o qual orienta seu próprio comportamento, tendo em vista a ação de outros que, por sua vez, podem ser individualizados e conhecidos ou uma pluralidade de indivíduos indeterminados e completamente desconhecidos”.

Weber classificou as ações sociais em quatro “tipos ideais”: ação afetiva, que é fruto de estados emocionais alterados, portanto irracional; ação tradicional, que é orientada pela tradição e observa pouca ou nenhuma racionalidade; ação racional com relação a valores, que é orientada por valores e crenças, cuja efetividade não pode ser comprovada; e, finalmente, a ação social com relação a fins, um tipo de ação totalmente racional, cujos resultados podem ser comprovados.

A ação social é o conceito fundamental da sociologia weberiana e constitui o próprio objeto da sociologia.

QUESTÃO DISCURSIVA

Escreva o percurso histórico da Terapia Ocupacional, considerando os movimentos relativos ao uso terapêutico das atividades, áreas de inserção dos terapeutas ocupacionais e construção do objeto profissional.

RESPOSTA:

- No movimento precursor da TO, tem-se a atividade terapêutica asilar, presente no "tratamento moral".
- O trabalho como instrumento de terapêutica ocupacional médica, prescrito e orientado pelos médicos, determinou a relação entre médicos e terapeutas ocupacional.
- A organização da terapia ocupacional como profissão está bastante ligada ao período da I Guerra Mundial, com aumento de incapacitados de guerra.
- Nas décadas de 30 e 40, houve uma pressão do desenvolvimento do conhecimento científico na área da saúde, que afeta a TO e exige um status científico ao tratamento pela ocupação.
- Entre as décadas de 40 e 60, a TO foi fortemente influenciada pelo movimento internacional de reabilitação, em especial na área das disfunções físicas, com maior ênfase na técnica que na teoria.
- No Brasil, especialmente no início dos anos 60, a formação em TO estava mais ligada à reabilitação física, somente alguns anos depois é que tiveram início os estágios em outras áreas, como psiquiatria.
- Para alguns autores, os anos 70 foram o período de "crise de identidade da profissão".
- No final do século XIX, Meyer, nos Estados Unidos, defendia a promoção de saúde pelo o uso qualitativo do tempo com atividades significativas.
- No início do século XX, um grupo de profissionais nos EUA defendiam o equilíbrio repouso-atividade e programação saudável de atividades.
- Inicialmente a formulação do objeto de trabalho da TO, teve influência de diversas áreas profissionais.
- No período pós-guerra, pela difusão da perspectiva reabilitadora, o objeto de trabalho da TO ameaçava desconstruir-se pelo início de um movimento de hiperespecialização.
- A partir de 1930, o modelo médico influenciou profundamente a TO, iniciando-se um período de desconstrução do objeto profissional.
- Nesta fase de desconstrução, difundiu-se o uso de atividades como recursos terapêuticos. Foram utilizadas atividades meio comparadas a medicamentos.
- a "terapia pela ocupação", era uma modalidade terapêutica. A atividade era estudada em uma visão farmacológica.
- Kielhofner aponta que neste período de desconstrução, a TO perdeu sua identidade profissional.
- A partir dos anos 70 se inicia a reconstrução do objeto profissional da TO, com retorno ao paradigma da ocupação.
- É comum vermos definições com concepção técnica, aprisionada a "atividade como recurso terapêutico".

QUESTÃO DISCURSIVA

A emergência profissional do Serviço Social ocorre em termos históricos em um momento específico, em que o Estado vai desempenhar múltiplas funções. Considerando a assertiva, construída a partir das colocações de José Paulo Netto (1992), disserte a respeito do período histórico em que ocorre a emergência do serviço social como profissão e de que forma o Estado participa desse processo.

RESPOSTA:

O serviço social surge como profissão na transição do século XIX para o século XX, precisamente no período que ficou conhecido como capitalismo monopolista, ou seja, a emergência profissional do Serviço social é, em termos históricos, uma variável da idade do monopólio.

O Estado no capitalismo monopolista vai exercer múltiplas funções, tendo como função última a preservação e o controle da força de trabalho. É nesse sentido que o Estado, capturado pela burguesia ao enfrentar a questão social por meio das políticas sociais, instaura o espaço na divisão sócio-técnica do trabalho para a profissionalização do serviço social.

CARGO 417: GESTOR SOCIAL – SERVIÇO DE PEDAGOGIA

QUESTÃO DISCURSIVA

Em cada tendência pedagógica, há um enfoque didático. A tendência histórico-cultural tem na Pedagogia Histórico-Crítica uma perspectiva didática para o Ensino, cujo ponto de partida do método por ela proposto não é a escola, nem a sala de aula, mas a realidade social mais ampla. Explícite o processo dialético e os procedimentos operacionais da ação docente-discente nessa tendência.

RESPOSTA:

O processo dialético do ensino e da aprendizagem escolar decorre da relação prática-teoria-prática que se estabelece no âmbito da práxis pedagógica. Os cinco passos que formam a didática da Pedagogia Histórico-Crítica exigem do educador uma nova forma de pensar os conteúdos, os quais devem ser enfocados de maneira contextualizada em todas as áreas do conhecimento humano, evidenciando que este advém da história produzida pelos homens nas relações sociais de trabalho. Essa didática objetiva um equilíbrio entre teoria e prática, envolvendo os educandos em uma aprendizagem significativa dos conhecimentos científicos e políticos, para que estes sejam agentes participativos de uma sociedade democrática e de uma educação política. A seguir apresentamos os passos estruturados por Gasparin (2005):

1º Passo - Prática Social Inicial Nível de desenvolvimento atual do educando: se expressa pela prática social inicial dos conteúdos. Tem seu ponto de partida no conhecimento prévio do professor e dos educandos. É o que o professor e alunos já sabem sobre o conteúdo, no ponto de partida, em níveis diferenciados. Esse passo desenvolve-se, basicamente, em dois momentos:

a) o professor anuncia aos alunos os conteúdos que serão estudados e seus respectivos objetivos;
b) o professor busca conhecer os educandos através do diálogo, percebendo qual a vivência próxima e remota cotidiana desse conteúdo antes que lhe seja ensinado em sala de aula, desafiando-os para que manifestem suas curiosidades, dizendo o que gostariam de saber a mais sobre esse conteúdo.

2º Passo - Problematização: consiste na explicação dos principais problemas postos pela prática social, relacionados ao conteúdo que será tratado. Esse passo desenvolve-se na realização de:

a) uma breve discussão sobre esses problemas em sua relação com o conteúdo científico do programa, buscando as razões pelas quais o conteúdo escolar deve ou precisa ser aprendido;

b) em seguida, transforma-se esse conhecimento em questões, em perguntas problematizadoras, levando em conta as dimensões científica, conceitual, cultural, histórica, social, política, ética, econômica, religiosa etc, conforme os aspectos sobre os quais se deseja abordar o tema, considerando-os sob múltiplos olhares. Essas dimensões do conteúdo são trabalhadas no próximo passo, o da instrumentalização.

3º Passo - Instrumentalização: expressa-se no trabalho do professor e dos educandos para a aprendizagem. Para isso, o professor:

a) apresenta aos alunos, mediante de ações docentes adequadas o conhecimento científico, formal, abstrato, conforme as dimensões escolhidas na fase anterior; os educandos, por sua vez, por meio de ações, estabelecerão uma comparação mental com a vivência cotidiana que possuem desse mesmo conhecimento, a fim de se apropriar do novo conteúdo.

b) neste processo usa-se todos os recursos necessários e disponíveis para o exercício da mediação pedagógica.

4º Passo - Catarse: é a expressão elaborada de uma nova forma para entender a teoria e a prática social. Ela se realiza:

a) por meio da nova síntese mental a que o educando chegou; manifesta-se por meio da nova postura mental, unindo o cotidiano ao científico em uma nova totalidade concreta no pensamento. Neste momento, o educando faz um resumo de tudo o que aprendeu, segundo as dimensões do conteúdo estudadas. É a elaboração mental do novo conceito do conteúdo;

b) essa síntese se expressa por meio de uma avaliação oral ou escrita, formal ou informal, na qual o educando traduz tudo o que aprendeu até aquele momento, levando em consideração as dimensões sob as quais o conteúdo foi tratado.

5º Passo - Prática social final - novo nível de desenvolvimento atual do educando, consiste em assumir uma nova proposta de ação a partir do que foi aprendido. Esse passo se manifesta:

a) pela nova postura prática, pelas novas atitudes, novas disposições que se expressam nas intenções de como o aluno levará à prática, fora da sala de aula, os novos conhecimentos científicos;

b) pelo compromisso e pelas ações que o educando se dispõe a executar em seu cotidiano, pondo em efetivo exercício social o novo conteúdo científico adquirido. A implementação dessa didática está vinculada a uma nova forma dos educadores pensarem a educação, sendo necessários muitos esforços, estudos, experimentações, além de coragem para inovar, divergir, arriscar e assumir desafios. Portanto, sua aplicabilidade com êxito, depende indubitavelmente do compromisso dos educadores em aprofundar seus conhecimentos teóricos e criarem condições necessárias como nova forma de planejar e aplicar os conteúdos e as atividades escolares, almejando um ensino significativo, crítico e transformador.

CARGO 418: GESTOR TERRITORIAL – SERVIÇO DE GEOGRAFIA

QUESTÃO DISCURSIVA

O Manejo florestal é um dos caminhos mais importantes para a gestão do território e a preservação da biodiversidade. Na última década, tem aumentado de modo significativo o manejo das florestas no Brasil, gerando benefícios sociais, ambientais e econômicos para toda sociedade. Disserte a respeito da temática, de forma crítica, englobando, necessariamente, os seguintes aspectos:

1. Processo histórico do desenvolvimento.
2. Legislação norteadora do processo.
3. Modelos de integração.

RESPOSTA:

Aspectos a serem abordados:

- 1) O processo histórico do desenvolvimento.
- 2) A legislação norteadora do processo.
- 3) Os modelos de integração: o sucesso dos programas sustentáveis de pequenas comunidades e os grandes modelos associados lavoura, pecuária, floresta.

CARGO 422: PROMOTOR DE SAÚDE PÚBLICA – SERVIÇO DE FONOAUDIOLOGIA

QUESTÃO DISCURSIVA

Para verificar a função auditiva periférica e central, o fonoaudiólogo pode realizar alguns procedimentos audiológicos. Descreva o nome das estruturas anatômicas do sistema auditivo avaliadas nos seguintes procedimentos: Imitanciometria, Emissões Otoacústicas Evocadas (EOA), Potencial Evocado Auditivo de Tronco Encefálico (PEATE) e Potencial Evocado Auditivo de Longa Latência como o P300.

RESPOSTA:

As estruturas anatômicas avaliadas por meio dos procedimentos audiológicos são: orelha Média avaliada por meio da imitanciometria ou impedanciometria; orelha Interna, mais especificamente as células ciliadas externas avaliadas por meio das Emissões Otoacústicas Evocadas (EOA); vias auditivas, mais especificamente porção distal ao tronco encefálico do nervo auditivo (Onda I), núcleo coclear (Onda III) e Lemnisco Lateral (Onda V) avaliado por meio do exame de Potencial Evocado Auditivo de Tronco Encefálico (PEATE); córtex auditivo avaliado por meio do Potencial Evocado Auditivo de Longa Latência, por exemplo, P300.

CARGO 423: PROMOTOR DE SAÚDE PÚBLICA – NUTRIÇÃO

QUESTÃO DISCURSIVA

Você está atendendo um paciente diagnosticado com **CONSTIPAÇÃO ATÔNICA**, através dos sinais e sintomas clínicos da doença, haja visto que a ausculta abdominal evidenciou baixos níveis de ruídos, denotando ineficiência peristáltica e meteorismo excessivo indicando flatulência. Mediante a aplicação da anamnese alimentar, ele relatou que a sua frequência evacuatória era 1 vez por semana e concentrada no período da noite, uma vez que não conseguia evacuar fora do domicílio. As características das fezes eram compactas, o que gerava dor e desconforto ao evacuar, o que o levava a utilizar laxantes continuamente para diminuir essas intercorrências ao evacuar. Sua avaliação nutricional evidenciou obesidade grau I. A avaliação do consumo alimentar indicou baixa ingestão hídrica, alto consumo de gorduras saturadas, baixa ingestão de frutas, legumes e folhosos e um consumo excessivo de doces concentrados em açúcar. Quanto ao estilo de vida, o paciente afirmou ser tabagista e não ter tempo de praticar atividade física.

Com base nesse **RELATO** e pensando a respeito das **REGRAS BÁSICAS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DIETÉTICO DE PACIENTES CONSTIPADOS**, **PROPONHA** um **DESJEJUM** e um **ALMOÇO** (apenas as preparações) para esse paciente, justificando o porquê da escolha dos alimentos, e as **PRINCIPAIS ORIENTAÇÕES** que você ofertaria.

RESPOSTA:

O plano alimentar para o paciente portado de constipação Atônica deve contemplar:

- Gordura emulsionada (azeite, creme de leite, óleo de coco, óleos vegetais, leite de coco, etc):
Absorção lenta na última porção do íleo = ação estimulante do peristaltismo
A nível duodenal estimula a secreção de colecistoquinina = estímulo para a peristalse

- Vitamina B1 e K+:

Estimulam a função tônica do intestino e o parassimpático

- Líquidos:

Intestino grosso tem propriedade de absorver água = lentidão do bolo fecal faz com que as fezes fiquem endurecidas e compactas

- Fibras:

Principalmente insolúveis que exercem reabsorção de água no intestino grosso hidratando as fezes e facilitando sua expulsão. Dessa forma, a proposta de desjejum e almoço deverá contemplar alimentos que englobem as fontes dietéticas acima descritas.

As principais orientações para esse quadro seriam:

- Obedecer sempre ao comando reflexo da defecação, por menor que ele seja;
- Interromper o uso abusivo de laxativos e práticas evacuatórias inadequadas;
- Tomar um copo de água gelada em jejum e aumentar a ingestão global de água, incluindo no desjejum alimentos ricos em fibras insolúveis;
- Adotar o hábito de permanecer no banheiro 10 minutos após as refeições mais volumosas (reflexo gastrocólico);
- Abolir o uso de facilitadores evacuatórios e praticar exercícios físicos regulares que melhoram o tônus muscular e o fator emocional;
- Evitar alimentos ricos em enxofre e que contenham gás na sua formulação.

CARGO 424: PROMOTOR DE SAÚDE PÚBLICA – SERVIÇO DE PSICOLOGIA

QUESTÃO DISCURSIVA

A qualidade de vida no trabalho proporciona uma maior participação por parte dos funcionários, criando um ambiente de integração com superiores, com colegas de trabalho, com o próprio ambiente de trabalho, visando sempre à compreensão das necessidades dos funcionários. A QVT – Qualidade de Vida no Trabalho – se preocupa principalmente com dois aspectos importantes que é o bem-estar do trabalhador e com a eficácia organizacional. Com a necessidade das empresas se tornarem mais competitivas no mercado, veio à busca incessante da qualidade total. Acompanhando esta qualidade total também surgiu a QVT, que está focalizada no potencial humano e no meio que convive em todos os sentidos. Um programa adequado de QVT busca uma organização mais humanizada e proporciona condições de desenvolvimento pessoal ao indivíduo. (RODRIGUES, M. V. C. Qualidade de vida no trabalho – Evolução e Análise no nível gerencial. Rio de Janeiro: Vozes, 1994).

Considerando o contexto mencionado, elabore um texto dissertativo contemplando os seguintes aspectos:

- A) Conceito de qualidade de vida no trabalho.
- B) Doenças psicológicas acarretadas pelo excesso de trabalho.

RESPOSTA:

A) CONCEITO= Qualidade de Vida no Trabalho e isso é, basicamente, o seu nível de satisfação com o seu ambiente corporativo, o prazer que uma pessoa tem em seu trabalho.

As pessoas costumam passar a maior parte de seus dias no seu ambiente profissional. Com isso, grande parte do que acontece nesse ambiente irá influenciar no seu comportamento, rendimento e principalmente na sua saúde. Um ambiente corporativo de qualidade proporciona segurança, motivação, além de desenvolvimento pessoal e profissional para o colaborador.

A Qualidade de Vida no Trabalho é o nível de satisfação que o funcionário tem com seu ambiente corporativo e com as atividades exercidas. Um colaborador que está satisfeito com a empresa que trabalha se torna mais motivado, produtivo, criativo, saudável e inovador, promovendo assim mais lucros e benefícios para a empresa, uma vez que se torna mais enérgico e produtivo. A QVT envolve todo um conjunto de ações que, quando implantadas, tornam o ambiente corporativo agradável e promove inovações e melhorias na empresa que beneficiam toda a equipe.

B) Doenças psicológicas acarretadas pelo excesso de trabalho.

Transtornos mentais:

Depressão, estresse e síndrome de Burnout (distúrbio psíquico que pode levar à depressão devido a um estado de esgotamento mental e físico) são frequentes no mundo corporativo e fazem parte das principais causas de afastamento do trabalho.

REALIZAÇÃO



**FUNDAÇÃO DE
APOIO À UNESPAR
CAMPUS DE PARANAÍ**